

MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS/RS - CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2017

RECURSO CONTRA O GABARITO PRELIMINAR - PARECER DA BANCA EXAMINADORA

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

QUESTÃO: 31	GABARITO PRELIMINAR: C
<p><i>A Constituição Federal, no seu artigo 7º prevê os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, no inciso XIII, determina a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais. No que tange às hipóteses de prorrogação da jornada, pode-se afirmar que:</i></p> <p>a) <i>É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalhador menor, independente de convenção ou acordo coletivo.</i></p> <p>b) <i>Na ocorrência de necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder o limite legal ou convencionado, dispensada comunicação ao órgão competente.</i></p> <p>c) <i>A realização de serviços inadiáveis dispensa o ajuste por acordo individual ou acordo ou convenção coletiva para a prorrogação, com necessidade de pagamento de adicional de 50%, sendo que o limite máximo da jornada não poderá ser superior a 12 horas.</i></p> <p>d) <i>A limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias, desobriga o empregador de pagar as demais horas trabalhadas.</i></p> <p>e) <i>A compensação de jornada será válida por acordo coletivo ou convenção coletiva para as atividades insalubres.</i></p>	

Tendo em vista o recurso interposto, manifesta-se a Banca Examinadora conforme segue:

Considerando que a questão em tela não contemplou a redação dada pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), não há alternativa passível de estar correta, razão pela qual a mesma deve ser anulada.

CONCLUSÃO: ANULE-SE a questão.

É o parecer, S.M.J.

Porto Alegre, 1º de março de 2018.

Objetiva Concursos Ltda.